

Aos arquitectos e demais trabalhadores da Arquitectura

Luta! Não deixes os teus direitos em quarentena!

A Arquitectura tem sido nos últimos anos um dos apêndices mais explorados do sector do imobiliário, e em particular da especulação imobiliária. Se é verdade que por um lado e no pós-*Troika* aumentou o volume de trabalho disponível para os **arquitectos**, não é menos verdade que nas relações de trabalho se manteve e agravou ainda mais a precarização da profissão.

Salários baixos, falsos recibos verdes, contratos a termo sem justificação formal, bancos de horas ilegais ou horas extra não remuneradas, inexistência de formação profissional e a ausência de carreiras profissionais foram e continuam a ser a realidade da esmagadora maioria dos **arquitectos** que exercem a sua actividade como assalariados no sector privado.

Perante o surto epidémico e a declaração do Estado de Emergência, o Governo PS anunciou para as empresas várias linhas de apoio financeiro e a simplificação do regime *layoff*, de tal forma que se converteu num incentivo.

Já para os trabalhadores, as medidas anunciadas foram:

- a perda de 33% do salário para trabalhadores em acompanhamento de familiares a seu cargo ou em *layoff*
- o apoio a trabalhadores independentes até ao

máximo de 635€ (o salário mínimo) para quem deixe de ter qualquer tipo de rendimento

- a possibilidade de alteração da legislação laboral sem necessidade de consulta aos representantes dos trabalhadores

O resultado é que até ao dia 27 de Abril mais de 95 mil empresas recorreram ao *layoff*, abrangendo cerca de 1,18 milhões de trabalhadores, 175 mil trabalhadores independentes já comunicaram redução da actividade e houve um aumento de 76 mil desempregados, enquanto que 170 mil trabalhadores são obrigados a estar em casa a cuidar de filhos até 12 anos.

Os **arquitectos** não escaparam às dificuldades que a actual situação impõe nas condições de vida e no emprego, mas também não escaparam, particularmente expostos que estão à generalizada instabilidade profissional e precarização dos vínculos no trabalho, aos atropelos laborais que, a pretexto do estado de excepção, se têm verificado.

Ao PCP têm chegado inúmeras denúncias por parte de **arquitectos** e outros trabalhadores do sector, como:

- a falta de fornecimento de Equipamento de Protecção Individual por parte de

entidades patronais aos **arquitectos** e outros trabalhadores em obras de construção civil ou em ambiente exterior

- a retirada de subsídio de alimentação aos **arquitectos** em regime de teletrabalho
- entidades patronais que obrigam ou pressionam os trabalhadores a marcar férias e/ou solicitar baixa médica
- a aplicação de férias, baixa médica ou do regime de *layoff* em simultâneo com o desempenho de tarefas em teletrabalho
- despedimentos ilegais

O combate à Covid-19 não pode ser feito às custas dos direitos dos trabalhadores

O PCP defende, propõe e bate-se:

- pela defesa dos postos de trabalho, com a proibição dos despedimentos no período em que durar o surto epidémico, de trabalhadores com vínculo efectivo ou precário, incluindo os falsos recibos verdes
- por uma resposta imediata para assegurar o pagamento integral dos salários aos trabalhadores de empresas cuja actividade está suspensa, criando mecanismos específicos e excepcionais, incluindo um Fundo com verbas do Orçamento do Estado

- pela garantia, para todos os trabalhadores, da remuneração a 100%, incluindo o subsídio de refeição, quer em isolamento profiláctico ou no acompanhamento de menores ou idosos a cargo, quer por alteração da situação laboral de cada um por decisão das empresas
- pela garantia de intervenção e reforço dos meios da Autoridade para as Condições de Trabalho com um programa especial de urgência relativamente a denúncias de violação de direitos dos trabalhadores, designadamente face à ilicitude dos despedimentos ou à ausência de condições de higiene e segurança no trabalho
- pela criação de legislação que torne ilícitos e revogáveis, a qualquer tempo, todos os atropelos à legislação laboral e à contratação colectiva que estão a ser cometidos

Porque o trabalho dos **arquitectos** mantém-se necessário e não está de quarentena.

Porque salvaguardar salários, emprego e direitos é decisivo no actual momento e indispensável para garantir, no futuro, a resposta e a saída necessárias.

No combate à Epidemia, nem um direito a menos!

Subsector dos Arquitectos do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa do PCP